

A AGRICULTURA EM TEMPO PARCIAL:
ELEMENTOS DE DISCUSSÃO
PARA UM ENFOQUE SOCIOLÓGICO

Flávio Sacco dos Anjos¹

RESUMO

Este artigo analisa a literatura nacional e internacional que trata do tema relativo à agricultura em tempo parcial. O objetivo central é demonstrar a necessidade de superarem-se as formas usuais de abordagem do fenômeno, apontando elementos que levem em conta as características particulares dos agricultores em tempo parcial.

PART-TIME FARMERS: DISCUSSION ELEMENTS
FOR A SOCIOLOGICAL APPROACH

ABSTRACT

This paper analyses national and international literature concerning to part-time farming. The main objective is to show the need of a new sociological approach to deal with this issue, considering specific conditions of part-time farmers.

INTRODUÇÃO

Geógrafos, economistas e sociólogos, bem como pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento, debruçam-se sobre o fenômeno: “agricultura em tempo parcial”, visando a construir tipologias, formas de descrição e interpretação relativas à diversidade empírica com que se apresentam estes numerosos segmentos nos mais diferentes países. Múltiplas estruturas terminológicas inseridas na diversidade epistemológica que orientou tais trabalhos não corresponderam, até o presente momento, na elaboração de um corpo teórico capaz de responder aos anseios de um processo de interpretação concernente à complexidade e à relevância do fenômeno.

¹ Mestre em Sociologia, professor assistente da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n, C. Postal 354, CEP 96010-900 Pelotas, RS. Fax: (0532) 75 9031, Fone: 75 7256.

Uma questão recorrente manifestada por esses autores tem sido a necessidade de aprofundar estudos visando a reduzir o abismo existente entre as evidências empíricas e a dimensão teórica. Em outras palavras, consolidou-se a urgência de ultrapassar a natureza eminentemente descritiva e fenomenológica em que se colocam a maioria dos autores, assim como a predominância de um caráter excessivamente economicista que reduz processos sociais a meras determinações das relações de produção.

O objetivo crucial deste ensaio é o de realizar um exame sobre a literatura internacional recente que versa sobre o tema da agricultura em tempo parcial, visando a captar certos indicadores do viés na forma usual de tratamento relativa ao fenômeno em relevo.

Por outro lado buscar-se-á finalmente introduzir algumas questões e elementos relevantes que atentem para o debate atual travado na literatura sobre os rumos da agricultura no atual estágio de desenvolvimento que atravessem as diversas sociedades universais.

A DIMENSÃO EMPÍRICA

Se na Europa ocidental e oriental e em muitos países do mundo o tema da agricultura em tempo parcial tem sido densamente abordado; no Brasil encontramos breves referências, fato este que se deve em grande parte a constituir-se em uma realidade bastante recente, restrita no âmbito de nossa conjuntura agrária e que ainda não despertou o interesse de investigação dos pesquisadores.

Enquanto na grande maioria dos países europeus os chamados “worker-peasants” consolidam-se como um numeroso e expressivo segmento do campesinato, no Brasil esta realidade restringe-se a determinadas regiões onde o processo de industrialização assumiu um ritmo de crescimento mais acelerado, como em certas localidades da região Centro-Sul.

Em estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina² observou-se que a expansão industrial tem reduzido amplamente as distâncias que separam os espaços agrários e os centros urbanos. Exemplificando, muitas indústrias tem adotado inclusive uma tendência a um processo de descentralização de suas unidades fabris, instalando filiais no interior de localidades rurais,

² A propósito, ver ANJOS, F.S. (1994). **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos operários de Massaranduba, SC; e SCHNEIDER, S. (1994). **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no RS.

como é o caso de indústrias de calçados no RS, de confecções e têxteis em SC.

Nos países industrializados observa-se uma enorme heterogeneidade de formas em que se desenvolve a agricultura em tempo parcial, tendo como extremos, de um lado, unidades familiares de produção exclusivamente envolvidas com as explorações agropecuárias (“full-time farmers”) e de outro, estabelecimentos no qual a força de trabalho familiar acha-se plenamente integrada aos ofícios não-agrícolas (“part-time farmers”, em suas diferentes formas).

A diversidade estrutural existente nestes países tem despertado o interesse e muitas vezes a necessidade dos pesquisadores de introduzir tipologias visando a identificar e caracterizar os diversos estabelecimentos através de uma metodologia fundamentalmente quantitativa, enfocando basicamente a origem dos ingressos e a utilização dos fatores produtivos nas diferentes estruturas de exploração familiar.

Por outro lado, há que se considerar que a expressão que conheceu esta vertente analítica, com seus instrumentais metodológicos próprios, está intimamente relacionada com os reclames dos órgãos de desenvolvimento em busca da construção de um perfil dos sistemas agrários, de modo a que, de posse destes elementos, pudessem conceber políticas voltadas à realidade existente no campo.

No caso europeu, a perspectiva do processo de integração efetivou a realização destas pesquisas que cada vez mais assumiram um caráter instrumental, reducionista e desprovido de uma postura sociológica. Em outras palavras, a estrutura metodológica vincula-se às práticas e iniciativas políticas dos órgãos de fomento à agricultura no plano econômico, desprestigiando aspectos sociais e culturais envolvidos.

O resultado deste posicionamento é que, em face da heterogeneidade com que se apresentam os segmentos inseridos na agricultura em tempo parcial e a hermeticidade inerente às tipologias construídas, evidenciam-se enormes contradições entre as classificações sugeridas pelos autores. Tal situação redundava no fato de que uma determinada tipologia não pode ser estendida a uma outra realidade agrária, demonstrando a grande fragilidade dos elementos que a identificam, revelando-se inócuas as tentativas de uma ampla utilização destes modelos interpretativos.

Frank, analisando o termo “part-time farming”, densamente referido na literatura internacional, reforça o aspecto relativo a estas contradições e que fizemos referência:

“The meaning of the expression is not always the same; it varies from one user to another and sometimes between different descriptions from the same author. Part time farming is the subject of research as well as political action” Frank (1983: p.20).

De acordo com o Farm Structure Survey, desenvolvido em 1975 pela Comissão of the European Communities, 43% de todos os estabelecimentos familiares europeus são do tipo “part-time farming”, revelando a importância assumida pela agricultura em tempo parcial no contexto agrário das economias européias (Frank op. cit.: p.25).

Persson, utilizando dados de um levantamento oficial realizado na Suécia afirmou que, em 1975, dois terços de todos os estabelecimentos familiares obtinham mais que a metade de seus ingressos a partir de fontes extra-agrícolas, ao passo que, no ano de 1966, estes mesmos estabelecimentos derivavam 63% de seus ingressos com base nas explorações agrícolas, enquanto em 1980 esta cifra cai a 32%, revelando a enorme importância que os ofícios não-agrícolas passaram a representar na conjuntura agrária daquele país (Persson 1983: p.50).

A dimensão deste fenômeno não é todavia uma exclusividade de países como Suécia, Itália, Dinamarca, Alemanha, entre outras nações que se situam na vitrine das economias mais desenvolvidas. Ao contrário, os camponeses-operários são hoje um traço fundamental que se alastra inclusive em países que se consolidaram a partir do modelo político-econômico socialista, como Polônia, Bulgária, Iugoslávia, Tchecoslováquia, entre outras nações que albergam em seus sistemas agrários densos e expressivos segmentos de um campesinato que significativamente vem sendo absorvido em atividades alheias às explorações agrícolas.

Igualmente em países menos desenvolvidos, a realidade deste fenômeno não é diferente, não obstante as incongruências terminológicas e diferenças nos enfoques interpretativos adotados pelos autores sejam uma característica marcante.

Damianos et al. (1991) consideraram que na Grécia, no ano de 1985, perto de 35% dos cabeças dos estabelecimentos dispunham de um emprego não-agrícola e que 80% destes indivíduos asseguravam sua sobrevivência por meio de um emprego regular. O expansão deste fenômeno excede 45%,

se forem computados, além do cabeça do estabelecimento, outros membros do grupo doméstico que se ocupam com empregos extra-agrícolas.

A tarefa de argumentar a relevância do fenômeno de absorção da mão-de-obra para setores não-agrícolas poderia estender-se indefinidamente. Este não é o objetivo central deste ensaio; colocamo-nos na perspectiva de analisar como estas evidências vem sendo estudadas pelos autores, quais os elementos que consideram como determinantes e/ou condicionantes para a emergência do fenômeno à luz de estabelecer o aqodamento e as deficiências de suas posturas interpretativas, tópicos que examinaremos a seguir.

A DIMENSÃO TEÓRICA

As primeiras referências específicas que encontramos na literatura concernentes à questão do deslocamento da força de trabalho camponesa para os ofícios não-agrícolas repousa em “A Questão Agrária”, inegavelmente a mais expressiva e polêmica obra concebida por Kautsky, publicada no ano de 1898. No capítulo VIII da referida obra, intitulado ‘A Proletarização dos Camponeses’, ele estabelece o que denomina de trabalho acessório ou ocupação acessória, referindo-se às situações em que o camponês busca suplementar ou complementar o atendimento das necessidades crescentes que a ele se apresentam como resultado do processo de evolução econômica. A excessiva fragmentação das terras e a incapacidade da agricultura mercantil de atender a seus anseios de sobrevivência lançam o campesinato e sua família ao esforço de obter dinheiro em “detrimento de sua agricultura que se torna cada vez mais irracional” (Kautsky 1980: p.188).

A exemplo de outros expoentes da tradição marxista, a interpretação de Kautsky segue a tendência fundamental de entender a emergência e extensão do aludido fenômeno a partir dos ditames decretados pela lógica do capital que transforma camponeses em proletários, homens e terras em mercadorias, rompendo com a propalada autonomia da economia camponesa.

As formulações de Kautsky e principalmente de Lênin foram sistematicamente criticadas por Chayanov, que estabeleceu um debate clássico com os teóricos marxistas de sua época como Krichman e Vermenichev, entre outros membros da intelectualidade russa.³

³ A propósito ver, especialmente, KERBLAY, B. (1987). **Chayanov**: su vida, carrera y trabajos, no capítulo intitulado “Las Críticas Rusas a las Teorías de Chayanov”. In: CHAYANOV y la Teoría de la Economía Campesina.

Chayanov foi acusado, entre tantas outras críticas que lhe foram dirigidas, de enaltecer em demasia as motivações internas da economia camponesa em detrimento dos fatores externos que sobre ela atuam. Para Chayanov, preocupado em desvendar os processos internos que perpassam as unidades camponesas de produção, o elemento crucial que lança o camponês ao assalariamento externo e a outras ocupações não é o interesse de acumulação, mas a satisfação de suas necessidades de sobrevivência que estão vinculadas ao estágio de desenvolvimento familiar (condições demográficas, ciclo de vida).

Os fatores externos, como enfaticamente frisou, são “elementos dados” e não determinações. Coloca-se, ao contrário, numa microperspectiva, capaz de captar os meandros da economia campesina em seus dinâmicos processos com vistas à reprodução do grupo doméstico. Antes que uma determinação externa, o assalariamento é visto como uma estratégia dentro um conjunto de estratégias que o camponês pode lançar mão visando a garantir a satisfação de suas necessidades (Chayanov 1974: p.36).

O exame da literatura encontrou na obra “The European Peasantry”, editada em 1969, uma das grandes contribuições sobre o tema dos ofícios não-agrícolas na realidade dos países europeus.

No entendimento de Franklin, o autor desta obra, os “worker-peasants” ou “part-time farmers” são manifestações de um processo de transição, cujo ponto de chegada é a completa proletarização destes segmentos camponeses. Tal processo ocorre simultaneamente com o encurtamento⁴ das distâncias geográficas, econômicas e sociais que separam os espaços agrários dos centros urbanos, constituindo-se num fator de transformação das realidades agrárias de diferentes países.

Franklin (1969) atribui estar no processo de expansão industrial a matriz dos elementos desagregadores do campesinato europeu:

“Sociologically the effect of industrialization has been to diversify, differentiate and statify an originally homogeneous population, but at the same time it has produced a larger and increasingly homogeneous class of the factory workers; and by so increasing the levels of living amongst the worker-peasant

⁴ BARBIC (1983) sugere que o part-time farming representa uma “ponte” entre a cidade e o campo.

class it has removed its 'raison d'etre'. Industrialization has put an end to the peasant economy" (Franklin op. cit.: p.61-62).

Seyferth (1974), em "A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim", coaduna-se com a perspectiva de Franklin (1969) com respeito aos rumos da economia camponesa face o desvio da força de trabalho das pequenas explorações para os ofícios industriais. Segundo Seyferth (op. cit.: p.144), os colonos-operários catarinenses "são os representantes de uma fase de transição relativamente longa que acompanhou o desenvolvimento da indústria têxtil."

Esta é uma questão crucial a ser considerada. A opinião de Franklin (1969), como também a de Seyferth (1974) e de outros estudiosos, residiu na percepção de que a absorção da força de trabalho camponesa junto às indústrias consolidar-se-ia como um fenômeno identificador da irreversível expropriação camponesa.

A literatura internacional recente que abordaremos logo a seguir choca-se frontalmente com esta interpretação.

CONSIDERAÇÕES EM FACE DAS INTERPRETAÇÕES RECENTES SOBRE A AGRICULTURA EM TEMPO PARCIAL

A consolidação da agricultura em tempo parcial como traço marcante da estrutura agrária contemporânea é concebida pela grande maioria dos autores a partir do período que sucede à II Guerra Mundial. É nesse momento que se verifica a geração e difusão de novas tecnologias nos sistemas de exploração com ênfase nas inovações mecânicas que passam a ocupar um papel cada vez mais importante no cotidiano das famílias rurais européias.

A alternância cíclica de momentos de esvaziamento populacional no campo exigiu que planos de desenvolvimento fossem concebidos tendo como meta interromper os fluxos migratórios em direção aos centros urbanos, fato que, em muitos casos, influenciou modelos de descentralização industrial baseados na instalação de empresas junto às localidades rurais. Certos autores demonstraram que o papel dos part-time farmers tem sido no sentido de contribuírem com sua mão-de-obra barata, incentivando o processo de realocação fabril nas sociedades industrializadas do ocidente. (Cavazzani 1980, Buttel 1982 apud Füller 1983: p.6).

Itália, França e principalmente Alemanha são reconhecidamente nações onde a figura do camponês-operário constitui-se numa característica histórica marcante no perfil de seus espaços agrários. Na Espanha, nada menos que

58% das unidades produtivas têm o chefe da exploração exercendo paralelamente outra atividade (Bremond, apud Abramovay 1992: p.188).

Mrohs (1983: p.49) afirmou que, atualmente, dois quintos dos estabelecimentos rurais da República Federal da Alemanha são administrados por part time farmers. Este autor considera que a agricultura em tempo parcial é caracterizada pelo que denominou de “standing wave”, referindo-se à alternância de períodos de influxo e de crescimento na proporção de camponeses-operários. A forma de vida destes indivíduos, suas peculiaridades e características são entendidas por Mrohs como representativas de um padrão cultural específico, em que os estabelecimentos acham-se envolvidos em uma grande variedade de atividades, fontes de ingressos e situações de trabalho.

Recentes publicações presentes na literatura internacional trazem como objeto central a questão da agricultura em tempo parcial, evidenciando uma situação de redescoberta do tema a partir de novas interpretações e enfoques diversos.

O exame da literatura revelou que as teses de Franklin foram durante muito tempo admitidas como inequívocas, sem ser refutada a idéia de que a agricultura em tempo parcial, em sua diversidade de situações, seria a manifestação de um processo transicional do camponês a caminho da completa proletarianização.

Elek exprime enfaticamente a mudança que se efetivou na percepção dos estudiosos com relação às conclusões de Franklin:

“In the 1960s, part-time family farms were considered to be a transitional phenomenon, tolerate rather than encouraged in developed countries. This phenomenon was expected to slow down but not to stop the inevitable disappearance of small farms (Franklin 1969). In contrast to previous opinion, however, experts now believe part-time family farming to be a constant factor in the agricultural structure of developed countries.” (Elek 1991: p.82).

As evidências sugerem que a capacidade dos pequenos estabelecimentos de resistirem e ajustarem-se às transformações desencadeadas no campo foi subestimada na interpretação de Franklin, muito embora tenhamos de reconhecer que a existência da dupla atividade no meio rural nem sempre é um atestado da inexistência de problemas conjunturais complexos que alertam as autoridades internacionais e seus dispositivos de auto-regulação.

Nesse contexto, podemos objetivamente afirmar que as opiniões se dividem com relação aos aspectos positivos e negativos atribuídos à agricultura em tempo parcial em meio à conjuntura das economias mais desenvolvidas. Gidakou (1990: p.292) afirma que a importância dos ofícios não-agrícolas ultrapassa as fronteiras das potências europeias industrializadas e atinge os mais diferentes países, indiferentemente do nível de desenvolvimento e sistema sócio-econômico.

No rol dos que vêem positivamente o papel assumido pelos ofícios não-agrícolas, os argumentos para esta tomada de posição variam enormemente. Resumidamente atribuem sua importância como fator de arrefecimento do processo de desaparecimento das pequenas explorações rurais, bem como para a manutenção da estabilidade em áreas rurais menos favorecidas e, no limite, como combustível vital de perpetuação do modo de vida camponês. [Brun (1977), McALean (1977), Himmighofen (1985), Gasson (1986), Zurek (1986) apud Gidakou (1990)].

A redescoberta do tema relativo à agricultura em tempo parcial, a que anteriormente fizemos referência, emergiu no cenário dos debates acadêmicos travados sob novos enfoques, objetivos e estruturas de abordagem. Contudo observamos a predominância, em muitos destes trabalhos, da perspectiva de vincular o referido tema à questão da mudança social no campo e os efeitos da expansão industrial no modo de vida e na realidade camponesa, em que:

“O enfoque teórico em geral recai na questão do desenvolvimento rural e dos efeitos de uma atividade produtiva praticada por *five o'clock farmer's* sobre a economia rural. Pretendem mostrar, portanto, sua racionalidade (ou irracionalidade) e vantagens (ou desvantagens).” (Seyferth 1991).⁵

Esta diversidade de enfoques sugeridos pelos autores não pode ser analisada sem que vinculemos seus objetos construídos a partir das peculiaridades que assume a agricultura em tempo parcial em função do contexto em que esta se apresenta em cada país, ou, muitas vezes, em cada região de um mesmo país.

⁵ Tal consideração encontra-se em carta datada de 17.12.1991 a nós enviada por Giralda Seyferth, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, na UFRJ. A prof^{da} Giralda é autora de inúmeros trabalhos sobre os colonos-operários catarinenses, cuja listagem sugerimos ao leitor nas referências bibliográficas deste artigo.

Exemplificando, Damianos et al. (1991: p.41) consideraram que, no caso da Grécia, a emergência dos ofícios não-agrícolas na realidade agrária deste país deve-se, fundamentalmente, à “deteriorização das condições econômicas nos pequenos estabelecimentos familiares que não conseguem assegurar a reprodução social e a satisfação das necessidades impostas pelos hábitos urbanos de consumo difundidos no meio rural.”

Elek (1991) oferece-nos um interessante enfoque em que descreve o papel da agricultura em tempo parcial como “instrumento de descoletivização das economias socialistas”. Analisa as recentes transformações ocorridas na Hungria no que diz respeito, basicamente, à elevação no número e à importância dos pequenos estabelecimentos rurais, em flagrante confronto com os objetivos políticos estruturais que estabeleceram, como modelo agrário, a agricultura coletivizada sob a forma de grandes cooperativas agrícolas. Este processo foi considerado por Elek como uma “silenciosa revolução” que impõe, segundo ele, uma necessidade nos países do “antigo bloco comunista” de repensarem o futuro da agricultura coletivizada. Assim vaticina o autor:

“I cannot forecast what will happen in the next few years, but I think that the role and importance of family farming in the agricultural structure will be more significant than in the last two decades, and the existence and characteristics of part-time farming will influence the process of privatization.” (Elek 1991: p.87).

Um outro direcionamento reservado ao tema pode ser encontrado em Osolnik (1983), que analisa o papel da mulher rural em estabelecimentos familiares da Eslovênia, na antiga Iugoslávia. A autora concebe que a entrada da mulher camponesa, em qualquer atividade não-agrícola, conduz à emergência de conflitos no seio do grupo doméstico, principalmente no que diz respeito ao marido, assim como dos outros membros familiares que se opõem às bruscas mudanças no tradicional estilo de vida baseado na exploração agrícola. Por outro lado, os recursos auferidos pela mulher camponesa no emprego não-agrícola permite obter meios para que se invista na propriedade, introduzindo massivamente a mecanização e modernas tecnologias de produção.

Nos trabalhos até aqui resenhados, encontramos indicativos da enorme variedade de enfoques e tipos de abordagens sobre o fenômeno da agricultu-

ra em tempo parcial. Poderíamos dar continuidade ao trabalho de ilustrar esta multiplicidade de formas que tem sido a tônica da atual produção acadêmica. Colocamo-nos, todavia, na perspectiva de sugerir elementos que atentem para o viés no tratamento dispensado por uma grande vertente de autores, tarefa que desenvolveremos a seguir.

EM BUSCA DE UM ENFOQUE SOCIOLÓGICO DA AGRICULTURA A TEMPO PARCIAL

O incremento evidenciado no número de camponeses que exercem múltiplas ocupações é uma tendência irrefutável na atual estrutura agrária das diferentes sociedades universais, com suas variações específicas, mas um fato insofismável.

Esta realidade tem preocupado os governantes dos diversos países que buscam ajustar suas políticas de desenvolvimento a um contexto extremamente dinâmico que muitas vezes choca-se com interesses nacionais e regionais.

A perspectiva de integração dos mercados, a formação dos recentes blocos econômicos por força de acordos internacionais são indicadores das transformações que vem tendo curso no atual momento que vivem, principalmente, as nações européias e os países mais desenvolvidos. Neste contexto, a pesquisa acadêmica, fundamentalmente de cunho econômico, tem pautado os planos de desenvolvimento, razão pelo qual sofre a demanda dos governantes que encomendam trabalhos de investigação que assumem conseqüentemente um caráter extremamente instrumental e imediatista.

Densas discussões são travadas em seminários, congressos e encontros de toda ordem organizados por “experts”, tendo como tema os problemas observados na agricultura com ênfase na questão da agricultura a tempo parcial.

Krasovec (1983) relata que, no “Ljubljana Seminar”, duas posições antagônicas consolidaram-se entre os pesquisadores de diferentes procedências, com relação à questão dos part-time farmers. Para os representantes da Itália e Iugoslávia, o part-time farmer tem sido sistematicamente discriminado, necessitando de medidas protecionistas como forma de garantir-lhes segurança frente aos riscos inerentes às suas condições de existência. No extremo oposto, os pesquisadores canadenses reiteraram serem estes agricultores mais ricos e prósperos que os agricultores em tempo integral, além de explorarem o “welfare state”. A conclusão de Krasovec é de que ambas as posições estão certas dentro de seus limites; a primeira opinião corres-

ponde, como regra, à situação de áreas menos desenvolvidas e de economias onde predominem baixas rendas na agricultura e na indústria, em que os indivíduos adotam o velho estilo camponês de exploração agrícola mesclado com ocupações industriais, sob o ônus de insuportáveis fadigas. A outra posição é representativa de nações mais desenvolvidas como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia, países em que a agricultura dos part-time farmer's é sensivelmente mais modernizada (Krasovec 1983: p.16).

Difusas e intrincadas tipologias sugeridas pelos estudiosos da agricultura em tempo parcial levam em conta três parâmetros fundamentais: a origem dos ingressos (agrícolas e não-agrícolas) nas explorações e a proporção respectiva destas fontes no ingresso doméstico global; o número de dias trabalhados na agricultura e em outras atividades (indústria, turismo, cooperativas, etc.) e o padrão de investimentos na exploração agrícola e/ou reprodução de capital próprio.

Evidentemente, há modelos que incluem outros elementos julgados de interesse; todavia, a espinha dorsal destas tipologias leva basicamente em conta aspectos de ordem econômica.⁶

Mesmo reconhecendo as grandes limitações desta postura científica que confere primazia aos aspectos quantitativos, temos de admitir a consolidação de avanços no que tange à conduta de interpretar a agricultura em tempo parcial. Exemplificando, muitos autores têm se colocado na perspectiva de conceber a ocupação não-agrícola como uma estratégia, dentre um conjunto de estratégias que o camponês adota com vistas à reprodução familiar, em lugar da posição convencional de considerar o fenômeno como determinação das estruturas adjacentes à realidade camponesa.

A propósito, Fuller reconhece as limitações da grande maioria dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, propondo que se desloque o eixo das análises no sentido de conceber a família rural como foco central das investigações que, segundo ele, é o contexto em que se operam as decisões, em grande parte impulsionadas pelas necessidades e aspirações do grupo doméstico:

“The important point here is that decisions which affect part time farming are not governed by farming considerations alone

⁶ Ver o modelo proposto por Persson (1983). **Part-time farming**; corner-stone or obstacle in rural development?

but are also dependent on labour resources, customs and attitudes of the family” (Füller 1983: p.7).

Em consonância com esta postura, Blekasaune (1991) sugere um micromodelo no estudo das famílias camponesas da Noruega. O ponto fundamental desta obra é o privilégio que o autor atribui à noção de estratégia de sobrevivência como referencial metodológico do processo de investigação, que assim explicita, tomando de empréstimo a definição de Ronningen & Almas:

“By survival strategy we mean the plan or process households pursue to ensure an economic foundation for their existence, and the way forms are being included in this plan” (Ronningen & Almas 1987, apud Blekasaune 1991: p.48).

A ênfase na dimensão microanalítica, privilegiando os aspectos internos das unidades de produção, reveste-se de importância na medida em que representa um avanço nas atuais tendências das investigações. Por outro lado, consideramos este fato como um sensível reconhecimento dos pressupostos contidos na obra de Chayanov, a que brevemente fizemos referência. De certa forma, a polêmica estabelecida entre Chayanov e a tradição marxista de sua época tem se renovado sob novos requintes, na medida em que alguns estudiosos calcam-se na dimensão macro, enquanto outros privilegiam aspectos microestruturais.

Acusado de considerar a economia camponesa como uma estrutura fechada, apartada do contexto externo que a envolve, Chayanov defende-se afirmando que o âmbito externo à unidade camponesa não constitui o objeto central de seu estudo. Reforçando os limites de seu trabalho, o autor não descarta as inter-relações que a estrutura camponesa estabelece com o sistema econômico que lhe envolve, reiterando claramente que o campesinato “é uma fonte inextinguível de mão-de-obra industrial” e, no limite, uma entidade “reguladora dos níveis salariais urbanos”(Chayanov 1974: p.285).

A chave que nos permite o acesso à matriz dos processos dinâmicos que assistimos na trajetória dos part-time farmers, worker-peasants ou outras acepções com que na literatura são tratados estes atores sociais deve constituir-se da mesclagem entre elementos macro e micro-estruturais. Tal postura certamente terá como resultado um enriquecimento da qualidade das pesqui-

sas, fugindo às determinações e aos teleologismos que constantemente têm orientado os procedimentos das investigações.

O tratamento proposto ao tema deve atentar para fatores psicossociais e culturais que sistematicamente têm sido negligenciados. O cotidiano destes atores sociais deve ser abordado visando a captar estes aspectos, enfocando nesse contexto as aspirações e o conjunto de motivações que acompanham o camponês à tarefa de consolidar sua reprodução.

É de crucial importância romper com a postura de construir objetos de estudo em estreita vinculação com a questão de desenvolvimento e dos interesses políticos imediatos.

Embora construções de cunho quantitativo e modelos tipológicos sejam necessários e relevantes, a utilização deve ser efetivada tendo em mente que são instrumentos de pesquisa, um meio de evoluir o pensamento acadêmico e não um fim em si mesmo, revertendo-se a forma como frequentemente vêm sendo construídos e utilizados pelos autores.

Não cabe analisar se o camponês-operário é benéfico ou prejudicial ao padrão de desenvolvimento em curso ou, como sugerem alguns autores, um obstáculo ou elemento viabilizador do progresso sócio-econômico. Ao contrário, é preciso que nos coloquemos na perspectiva de entender como vivem estas famílias, como equacionam o exercício de suas múltiplas atividades e como reagem efetivamente frente aos fatores externos e internos de suas explorações. Na nossa opinião, os part-time farmers não possuem aspectos positivos ou negativos, eles simplesmente existem e, como tal, devem ser estudados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIC, A. The farmer-worker in Yugoslavia: a bridge between the city and the country. **Sociologia Ruralis**, v.XIII, n.1, p.76-84, 1984.
- BLEKESAUNE, A. Changes in ways of making a living among Norwegian farmers 1975-1990. **Sociologia Ruralis**, v.XXXI, n.1, 1984, p.48-57, 1984.
- CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1976.
- DAMIANOS, D.; DEMOUSSIS, M.; KASIMIS, C. The empirical dimension of multiple job-holding in Greece. **Sociologia Ruralis**, v.XXXI, n.1, p.37-47, 1991.
- ELEK, S. Part-time farming in Hungary: an instrument of tacit decollectivization? **Sociologia Ruralis**, v.XXXI, n.1, p.82-88, 1991.

- FRANK, W. Part time farming, underemployment and double activity of farmers in the EEC. **Sociologia Ruralis**, v. XXIII, n.1, p.20-27, 1983.
- FRANKLIN, S.H. **The European peasantry: the final phase**. London: Methuen, 1969.
- FÜLLER, A.M. Part time farming and the farm family: a note for future research. **Sociologia Ruralis**, v.XXIII, n.1, p.5-10, 1983.
- GIDARAKOU, I. Part-time farming and farm reproduction: the case of two communities in Central Greece. **Sociologia Ruralis**, v.XXX, n.3/4, p.292-304, 1990.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KERBLAY, B. Chayanov: su vida, carrera y trabajos. In: **CHAYANOV y la teoría de la economía campesina**. 2.ed. Siglo XXI Eds., 1987. p.81-138.
- KRASOVEC, S. Farmer's adjustment to pluriactivity. **Sociologia Ruralis**, v.XXIII, n.1, p.11-19, 1983.
- MROHS, E. Zur sozialen Lage: der Nebenerwerbslandwirte in der Bundesrepublik Deutschland 1980. **Sociologia Ruralis**, v.XXIII, n.1, p.28-49, 1983.
- OSOLNIK, M.R. The role of farm women in rural pluriativity: experience from Yugoslavia. **Sociologia Ruralis**, v.XXIII, n.1, p.89-94, 1983.
- PERSSON, L.O. Part time farming: corner-stone or obstacle in rural development? **Sociologia Ruralis**, v.XXIII, n.1, p.50-62, 1983.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirin: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974. 159p. (Coleção Documentos Brasileiros).
- _____. Aspectos da proletarização do campesinato no vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J.S.L. (coord.). **Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro; S. Paulo: UFRJ; PROED, s.d. p.103-120.
- _____. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, n.52, 1985. N. S. Antropologia.
- _____. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ano 7, n.18, p.78-95, 1992..